

“QUESTÃO SOCIAL”, FORMAÇÃO E POLÍTICAS INTERSETORIAIS[1]

Por *Josiane Soares Santos*[2]

RESUMO: O texto aborda a relação entre “questão social” e formação profissional chamando atenção para a transversalidade deste conceito fundamental nas Diretrizes Curriculares para a Formação dos Assistentes Sociais no Brasil. Nesse sentido, e como consequência da lógica curricular vigente, destaca ainda a necessidade de ampliar o campo das pesquisas que possibilitem particularizar a “questão social” nas formações sociais concretas, enfatizando o contexto brasileiro e as distintas realidades onde o assistente social exerce seu trabalho.

Palavras-chave: “questão social”, Serviço Social, Formação Profissional.

ABSTRACT: The text discusses the relationship between "social question" and vocational training by calling attention to the mainstreaming of this fundamental concept in the Curriculum Guidelines for the Training of Social Workers in Brazil. Accordingly, and as a result of current curricular logic, also emphasized the need to expand the field of research to enable particularize the "social question" in specific social arrangements, emphasizing the Brazilian context and the different realities in which the social worker performs his work.

Keywords: Social Issue, Social Work, Vocational Training.

Introdução

Não poderia iniciar esse texto sem demarcar a importância de um evento como este no contexto atual. Contexto marcado por mais de dez anos de uma política de Educação Superior que minimiza, a cada novo governo, a importância da pesquisa na formação universitária porque estimula a expansão desse nível da formação somente como ensino. Assim o é na maior parte das unidades que hoje formam assistentes sociais no Brasil: faculdades e centros de ensino privados, cuja obrigatoriedade de terem políticas de pesquisa inexistem. Desse modo, organizar uma Jornada de Pesquisa em Serviço Social é não somente uma iniciativa coerente com os supostos da nossa formação profissional, como terei ocasião de tratar adiante, como também bastante corajosa em dias de profunda crise no orçamento público e de cortes, inclusive na educação. Parabéns aos organizadores e me orgulho de, como assistente social e nordestina, estar presente para contribuir na sua consolidação. Desejo, portanto, vida longa à Jornada Nordeste de Pesquisa em Serviço Social.

Dito isso quero, em seguida, explicitar que minhas reflexões sobre o tema proposto se dividirão em dois momentos. O primeiro deles tem como suposto o ponto

de partida conceitual já abordado pela Professora Dr^a Edilene Pimentel e pretende abordá-lo nos seus desdobramentos, enfatizando sua importância em relação às necessidades postas pelas Diretrizes curriculares Nacionais para a formação de Assistentes sociais no Brasil. Ou seja, tratarei da relação entre “questão social” e formação profissional. No segundo momento, ainda como desdobramento dos princípios e da lógica curricular vigente, avançarei para a necessidade de particularização da “questão social” nas formações sociais concretas, destacando algumas “pistas” sobre o caso brasileiro que estão a clamar por serem pesquisadas nas distintas realidades onde o assistente social trabalha.

O ponto de partida conceitual e as necessidades postas pelas Diretrizes curriculares Nacionais para a formação de Assistentes sociais.

Tenho dito que na minha avaliação os fundamentos da “questão social” no debate do Serviço Social brasileiro já estão devidamente esclarecidos e possuem um lastro considerável de produção bibliográfica de circulação nacional. Conforme tratado precedentemente pela Professora Dr^a Edilene Pimentel, suas bases conceituais não podem ser desvendadas fora da Lei Geral da acumulação capitalista, formulada por Marx. Em decorrência disso, e dos demais supostos da crítica da economia política, temos afirmado uma concepção de “questão social” definida pelas relações de exploração do trabalho pelo capital, subjacente às quais se encontra a centralidade na categoria trabalho como geradora de valor e das lutas de classe.

Esse conceito aparece com centralidade na formação dos/as assistentes sociais após as diretrizes curriculares nacionais formuladas em 1996 e implementadas a partir dos anos 2000 em todo o Brasil. A “questão social” passa a ser mais claramente tratada como o fenômeno que, exigindo respostas sistemáticas e contínuas no contexto do capitalismo monopolista, origina as políticas sociais e, portanto, as instituições empregadoras de assistentes sociais (e não só). Nesse sentido, afirma-se como parte inerente ao “perfil profissional” instituído naquele documento que, entre outros quesitos define o/a assistente social como um/a “profissional que atua nas expressões da ‘questão social’, formulando e implementando propostas para seu

enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais” (2002, p.348).

Quero com essa pontuação registrar dois elementos importantes para o seguimento destas reflexões. Primeiramente, deve ficar claro que por ser fundante do trabalho profissional, a “questão social” é transversal ao conjunto das preocupações teórico-práticas do Serviço social, seja na formação, seja no exercício profissional. Isso significa dizer que seu tratamento na formação profissional, por exemplo, não pode abrir mão de uma disciplina específica onde seja problematizada. Mas significa também que a “questão social” deve ir além desta disciplina; **deve perpassar o conjunto dos demais componentes curriculares**. Ou seja, deve ser um conteúdo presente transversalmente ao longo da formação, uma vez que possui claras conexões a serem abordadas na relação com as políticas sociais, com os fundamentos da profissão e também com suas dimensões investigativa, ético-política e técnico-operativa.

Penso que nunca é demais enfatizar essa transversalidade como exigência da formação profissional dos/as assistentes sociais para que o tratamento da “questão social” não se isole em um único componente curricular. Como veremos, esse isolamento vai na contramão de toda a lógica curricular proposta pelas diretrizes e dificulta que o assistente social tenha com a “questão social” no exercício da profissão uma relação de maior proximidade, identificando as demandas que lhe são apresentadas a partir dessa chave conceitual importante no contraponto a uma abordagem moralizante das mesmas.

O trecho do perfil profissional citado também traz à tona um segundo componente a ser destacado: a centralidade das políticas sociais na sua constituição. Entretanto, as mesmas devem ser submetidas a um princípio decisivo na também estabelecido pelas Diretrizes da formação profissional: a perspectiva de totalidade. Nesse sentido é que tangenciarei aqui o que entendo como sendo a intersectorialidade, também presente no título desta mesa.

Não sou uma estudiosa do tema, mas penso que abordá-lo no nosso caso é útil para pôr em destaque um problema que está nos fundamentos da política social e que nem sempre é devidamente colocado como tal. Refiro-me à SETORIALIDADE,

muitas vezes vista, ao contrário, como algo necessário, positivo ou que deva ser aperfeiçoado. Em verdade se submetemos a análise da política social ao crivo da totalidade, teremos acordo com a seguinte constatação de Netto:

[...] a intervenção estatal sobre a “questão social” se realiza com as características que já anotamos, fragmentando-a e parcializando-a. E não pode ser de outro modo: tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa. Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se em políticas sociais: as sequelas da “questão social” são recortadas como problemáticas particulares (*o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física, etc*) e assim enfrentadas. (NETTO, 1992, p. 28).

A crítica à setorialidade é, portanto, algo importante como pressuposto para a formação e o exercício profissionais e, nesse sentido é que o debate da intersetorialidade pode ser útil. Mas atenção: ele será útil se efetivado sob o princípio da totalidade. Nele temos diferentes abordagens que, nem sempre tendo a totalidade como princípio, degeneram em recomendações técnicas para maior “integração” entre as políticas e serviços como esfera máxima de alcance da intersetorialidade.

Segundo entendo, devemos fazer deste conceito uma possibilidade de chamar atenção para as conexões desses serviços que são planejados e executados em políticas setoriais distintas e instituições também distintas para atender a um mesmo público-alvo e a distintos ângulos da mesma “questão social”. Isso implica em subverter a lógica fragmentária e setorializada de interpretação da “questão social”. Implica em construir propostas de intervenção que possibilitem em primeiro plano, ao próprio usuário, reconstituir a rede de mediações que conecta suas distintas vivências da “questão social”. Implica em estimular que este enfrentamento seja melhor articulado sim, do ponto de vista institucional, mas também que ele reverbere em enfrentamentos extra-institucionais, presentes nos movimentos e lutas sociais que pressionam o Estado para atendimento de suas necessidades.

Entretanto, devo dizer que construir essa orientação teórico-metodológica para o debate da intersetorialidade não é uma tarefa simples porque a perspectiva tecnicista, oriunda de profissões como a administração – que possui vasta produção

bibliográfica sobre o tema – é visivelmente hegemônica. E já que estamos num evento de pesquisa, enfatizo que debater a intersetorialidade a partir da totalidade é também um desafio a ser enfrentado entre os temas relevantes que carecem de bibliografia a ser produzida para instrumentalizá-lo no exercício profissional.

Voltando a tratar a relação entre a formação profissional e a “questão social”, quero dizer que, além da transversalidade, as Diretrizes Curriculares estabelecem uma outra necessidade em relação à “questão social” que, na minha avaliação, ainda não conseguimos atender de modo satisfatório. Refiro-me especificamente à necessidade de produzirmos “pesquisas concretas de situações concretas” em relação ao conhecimento das expressões da “questão social” nas diversificadas regiões do Brasil, uma vez que a nova lógica curricular estabelece esse conteúdo em seus núcleos de fundamentação.

Para que possamos lembrá-los, trata-se de 03 núcleos: o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; **o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira** e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional. No que diz respeito ao núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, as diretrizes o definem como o conjunto de componentes curriculares que remetem:

[...] à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas pública e privada. (ABEPSS, 1999, p. 352).

Sobre este núcleo, desdobram-se, portanto, as preocupações com a análise das particularidades assumidas pela “questão social” como fenômeno típico da sociedade capitalista a partir das características de cada formação social, no nosso caso, da formação social brasileira em toda a sua diversidade regional. Desdobram-se, portanto, as **necessidades de tratarmos na formação profissional não somente a dimensão conceitual da “questão social”, mas também de suas expressões e particularidades no Brasil**. E acho que temos acordo que para fazer esse percurso não

existe outro elemento que nos possibilite chegar a essas mediações que não seja a pesquisa. Nesse caso, a “pesquisa concreta de situações concretas” a que nos referimos mais acima, nos termos leninianos.

Parece, entretanto, haver um problema no cumprimento desta tarefa coletiva em nossa categoria profissional, pois a avaliação da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) sobre a implementação das Diretrizes Curriculares, realizada em 2006, demonstra dificuldades dos docentes no trato com as expressões da “questão social” no Brasil devido à ausência de bibliografia. O levantamento dos textos mais utilizados para abordar a “questão social” na formação profissional demonstra que o seu perfil é de textos conceituais, ou seja, de textos que possibilitam debater aspectos conceituais da “questão social”, a existência ou não de uma “nova questão social”, etc. Entretanto, não se registrou a presença de referências para o debate de como a “questão social” se apresenta na formação social brasileira. E nem poderia haver esse registro, pois a “questão social” não se encontra entre os temas com maior densidade de pesquisas realizadas na área: os levantamentos sobre pesquisa em Serviço Social continuam apontando que o maior número de pesquisas se concentra na temática das políticas sociais.

Não quero afirmar aqui que a pesquisa sobre as políticas sociais não é importante. Muito pelo contrário, já atestei o quanto é necessário esse conhecimento e que ele não deve sucumbir à setorialidade. Mas, lamentavelmente, esta tem sido a tendência: a proliferação de estudos sobre as políticas sociais em sua setorialidade – o que não necessariamente auxilia no conhecimento das expressões da “questão social” atendidas por meio de tais políticas.

É nesse sentido que demarco a necessidade ampliar pesquisas a respeito das expressões da “questão social”. Há uma relevância real na urgência dessas pesquisas, pois ao serem formados/as, os/as assistentes sociais irão exercer a profissão em realidades muito diferentes que convivem na unidade territorial brasileira. Penso que é incontestável o fato de possuímos diferentes clivagens regionais, com características não necessariamente urbano-industriais, que precisam ser estudadas em suas expressões socioeconômicas e culturais – ou algum de nós, habitantes da região Nordeste, duvida que existem particularidades nesta região em relação às demais?

Acho também que nenhum de nós que tem inserção no trabalho docente duvida que o conhecimento das mediações regionais e estaduais da “questão social”, por exemplo, costumam passar longe de nossas estruturas curriculares. Por esta razão eu insisto: é necessário pesquisar as mediações que expressam a “questão social” nas diferentes regiões e estados brasileiros. Isso precisa ser feito, sob pena de não ultrapassarmos o nível da “universalidade” na abordagem da “questão social” e minimizarmos o estabelecido pelo núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, ficando aquém, portanto, da relação que a formação profissional requer que se estabeleça com esse componente curricular.

Se temos acordo com essa imensa tarefa de pesquisa coletiva, faz sentido então que passemos ao segundo momento de nossa fala onde pretendo partilhar alguns resultados das pesquisas que venho realizando no rumo supra aludido a fim de estimular outros/as pesquisadores e pesquisadoras aqui presentes a adensá-las.

A necessidade de particularização da “questão social” nas formações sociais concretas: “pistas” sobre o caso brasileiro

Para avançar na direção proposta ao debate da “questão social” aqui sinalizada, uma primeira tarefa que precisamos enfrentar é a compreensão sobre a necessidade de transitar entre diferentes níveis de abordagem que dialogam e se autodeterminam, mas apresentam características a serem destacadas. Refiro-me às diferenças existentes entre “modo de produção” e “formação sócio-histórica” ou, falando em termos metodológicos, entre o nível analítico da universalidade e o da particularidade.

Quando destaco a necessidade de “pesquisas concretas de situações concretas” quero, sobretudo, enfatizar que isso implica ultrapassar o nível genérico do debate teórico-conceitual apanhando as mediações próprias ao nível da formação social, para além das suas determinações em termos do modo de produção capitalista. Dizendo de outro modo: para explicar a “questão social” no Brasil não basta identificar as categorias centrais ao modo de produção capitalista (capital, trabalho, etc) que compõem o nível da universalidade; há que acrescentar a esse nível a singularidade dos componentes desta sociedade enquanto formação social concreta, para que se

tenha condições de dimensionar suas particularidades enquanto mediações centrais das expressões da “questão social”. Subscrevo essa assertiva com a reflexão de Netto (2001, p. 48-49 – grifos meus) indicando que:

[...] o problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração. Esta determinação, se não pode desconsiderar a forma contemporânea da ‘lei geral da acumulação capitalista’, precisa levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza. Sistemas nos quais, mesmo dado o caráter universal e mundializado daquela ‘lei geral’ objetivam-se particularidades culturais, geo-políticas e nacionais que, igualmente, requerem determinação concreta. [...] Em poucas palavras: **a caracterização da ‘questão social’ em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais.**

Foi partindo dessa lacuna de pesquisa que me propus a contribuir com o debate na direção de uma aproximação mais concreta às mediações históricas da “questão social” no Brasil. Obviamente que nos limites deste texto não se trata de apresentá-las. Apenas indico, a seguir, algumas “pistas” para provocar o debate.

Penso que na citação de Netto (2001) um componente deve ser sublinhado como mediação essencial à apreensão de tais particularidades na nossa formação social: **as modalidades de exploração da força de trabalho dominantes na constituição do capitalismo brasileiro.** Vários estudiosos da formação social brasileira são enfáticos na afirmação de que o Brasil, no contexto do capitalismo mundial, destaca-se, entre outras características, por uma **superexploração da força de trabalho** que se “naturalizou” como condição para sua inserção subordinada nas engrenagens do capitalismo monopolista de corte imperialista. Esta é, na minha avaliação, a modalidade imperante de exploração da força de trabalho no Brasil.

Os custos com capital variável aqui se mantiveram muito baixos historicamente na comparação com o valor do trabalho em outros países, mesmo subdesenvolvidos. Essa condição da força de trabalho no Brasil, por sua vez, remete às particularidades da formação social brasileira que, de acordo com hipóteses sugeridas por Netto (1996), residem em três aspectos:

- 1 - O caráter conservador da modernização capitalista no Brasil, com especial ênfase na manutenção da estrutura agrária concentrada;
- 2 - Os processos de “revolução passiva” que, em linhas gerais, abrigam estratégias transformistas na relação com as classes subalternas favorecendo a cooptação de suas lideranças e a “passivização” das lutas sociais;
- 3 - A centralidade da ação estatal na constituição desse capitalismo traduzida quando o Estado assume, por exemplo, os custos da montagem de infraestrutura (estradas, hidrelétricas, portos, etc) para atrair o capital monopolista internacional; ou quando legisla casuisticamente a favor da nossa parasitária classe dominante, mantendo sempre baixo o nível de regulação do trabalho para baratear seus custos, entre outros aspectos[3].

Ao tratar essas particularidades, penso que podem se tornar claros os caminhos a serem “trilhados” em busca das mediações próprias do padrão de exploração da força de trabalho no Brasil, cuja configuração é dada pela conjunção dessas particularidades comuns a países de “capitalismo retardatário” (CARDOSO DE MELLO, 1994). Observa-se, em função disso, que o mercado de trabalho brasileiro se forjou predominantemente marcado pela **altaflexibilidade, precariedade das ocupações e rotatividade do uso da força de trabalho** (SANTOS, 2015) dando corpo àquela superexploração mencionadas linhas acima. Sim, porque a nossa precarização do trabalho não é recente e nem decorre da chamada acumulação flexível. Ela se gesta bem antes disso, associada ao padrão imperante de exploração do trabalho no Brasil desde os primórdios da constituição do trabalho assalariado no país.

Importante também compreender que tais características foram sendo mantidas graças a um padrão de regulação e de proteção social ao trabalho extremamente insuficiente, cujas intervenções, restritas aos segmentos empregados formalmente, ou seja, com carteira de trabalho assinada, durante muito tempo reproduziu o que Santos (1987) denominou como “cidadania regulada”. Para qualquer leitor minimamente informado sobre a composição dos empregos no Brasil historicamente isso implica reconhecer que a maioria dos trabalhadores – em função de estarem inseridos em relações de trabalho “informais” – ficou de fora de qualquer medida reguladora da relação capital X trabalho e, portanto, submetida a elevadíssimo

grau de exploração e extração de trabalho excedente. Pense-se, por exemplo, no contingente de trabalhadores rurais que até os anos 1960 produzia o essencial das mercadorias agro exportáveis, sob condições de trabalho absolutamente desregulamentadas e que, até bem pouco tempo atrás, sequer tinham direito à aposentadoria ou a acessar os serviços públicos de saúde.

Logo, ao falar de capital e trabalho no Brasil, se faz necessário ter presente mais que as características gerais destas classes sociais fundamentais em qualquer país onde modo de produção seja capitalista. É preciso entender outras dimensões da consciência e das lutas de classe que derivam das particularidades nacionais e regionais, tarefa que ainda estamos por cumprir no Serviço Social para uma aproximação mais consequente das expressões da “questão social”.

Essa “pista” pode servir para desvendar as mais diversas e intrincadas expressões da “questão social” no caso brasileiro. No meu texto (2015) dediquei-me a pensar, por exemplo, o desemprego como expressão da “questão social” no Brasil e cheguei à conclusão de que as particularidades da formação brasileira foram decisivas na constituição do que chamei de “fordismo à brasileira”.

Isso significa dizer que ocorreu com o trabalho no Brasil algo bastante distinto do ocorrido nos países cênicos – onde o fordismo teve um padrão de proteção social que reforçava a estabilidade dos empregos como condição para as excepcionais taxas de lucro do período. Aqui, ao contrário da estabilidade, foi a flexibilidade/precariedade da estrutura de ocupações que se afirmou como princípio estruturante dos postos de trabalho durante o auge do fordismo vivenciado, como sabemos, no período do desenvolvimentismo acelerado pelos 20 anos de Ditadura Militar. Este fato só adquire sentido quando se leva em consideração as particularidades do capitalismo brasileiro.

Mas essas “pistas” também nos auxiliam a entender o passado mais recente (anos 1980 e 1990) e o presente, marcado pela agudização de um desemprego que é estrutural e de longa duração, estimulando uma vivência do trabalho cada vez mais “informal” e precária.

Embora após 2008 se registre uma queda nos níveis de desemprego quando comparados ao período precedente (caindo de cerca de 12% em fins dos anos 1990

para quase 8%, em média) é preciso desmistificar a aparente positividade deste dado em face do aprofundamento de relações precárias de trabalho. Sem dúvida, durante esse período sobe o registro de criação de postos de trabalho do ponto de vista quantitativo, mas a qualidade desses empregos não melhorou e continua predominantemente vinculada ao chamado “setor terciário” onde, historicamente, a rotatividade dos trabalhadores sempre foi alta, contrastando com as baixas remunerações e garantias de proteção social.

Isso porque o Brasil vem se desindustrializando crescentemente desde os anos 1980 em função da retração dos investimentos estrangeiros na produção (resultante da crise capitalista em curso desde os anos 1970) e esse movimento reduz drasticamente os empregos vinculados ao setor secundário, onde a formalização das relações de trabalho é mais presente. Restam, portanto, os empregos do setor de “serviços” e, em menor medida, os vinculados ao setor primário, com a “reprimarização de nossa economia” (GONÇALVES, 2014), cuja balança comercial está cada vez mais baseada na agro exportação ou, para falar em termos mais “modernos”, nos chamados *commodities*.

Diante desse quadro, redimensionou-se também a intervenção estatal. De um modo geral os governos petistas têm mantido as medidas ortodoxas de política econômica, recomendadas pelos organismos internacionais (centradas na “poupança forçada” geradora de superávit primário para pagamento dos juros da dívida externa), combinada a uma “intervenção social” também constitutiva desse mesmo receituário: a centralidade de programas de transferência de renda. Até por serem recomendações internacionais e estarem presentes em vários outros países “em desenvolvimento”, essas medidas, não podem ser, portanto, identificadas como particularidades nacionais. Entretanto, os efeitos de sua implementação, estes sim, precisam ser pesquisados nas realidades brasileiras onde reproduzem um inédito processo de “assistencialização” da “questão social”.

Isso significa dizer da necessidade de estudar esse fenômeno na sua conjunção com uma série de fatores: um país onde o trabalho é superexplorado, a instituição da democracia e dos direitos sociais possui menos de três décadas, as lutas sociais são passivizadas e o assistencialismo é uma forte característica das relações entre as

classes sociais. Deste modo, ao se manter na esfera das políticas de transferência de renda a intervenção estatal vem secundarizando totalmente as políticas de trabalho e sua regulação. Este fator concorre para obstruir cada vez mais as relações fundantes entre trabalho e “questão social” no Brasil, já que esta fica aparentemente reduzida à pobreza e este é um risco concreto que impacta profundamente a intervenção dos/as assistentes sociais na contemporaneidade. Por essas e outras razões, a pesquisa sobre as expressões da “questão social”, mediatizada pelas realidades locais, é importante no sentido de reforçar não apenas o caráter de totalidade da formação profissional dos/as assistentes sociais, mas também de reverberar positivamente na qualificação das estratégias a serem formuladas por esses profissionais no exercício de seu trabalho concreto.

Considerações Finais

Para finalizar esse nosso introdutório debate gostaria de convidar a todos/as a empreender esforços no sentido de identificar e adensar os elementos disponíveis sobre a “questão social” não só no Brasil, mas em suas distintas regiões e estados. Estou convencida de que somente rumando nesta direção superaremos a “generalidade” que “aprisiona” o fecundo debate da “questão social” entre nós.

Permanecer nesta “generalidade” pode trazer graves consequências à profissão como, por exemplo, reforçar que o debate da “questão social” tenha necessariamente a “árida” aparência de um debate conceitual e acabe desinteressando os/as assistentes sociais em acompanhá-lo. Longe de ser “apenas um debate teórico”, particularizar a “questão social” é uma tarefa inadiável para nos localizarmos frente às respostas a ela que estamos operacionalizando no cotidiano. Se não tivermos clareza das particularidades das diferentes expressões da “questão social” em nossa realidade dificilmente teremos condições de “desembrulhar o novelo” onde parecemos estar emaranhados/as diariamente.

Referências

ABEPSS. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação dos Assistentes Sociais. In: **Assistente Social: ética e direitos** - coletânea de leis e resoluções. 4ª Ed. Rio de Janeiro: CRESS 7ª Região. 2002.

CARDOSO DE MELLO, J. M. de **O capitalismo tardio**. 9º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional desenvolvimentismo às avessas. In: **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política** nº 31. São Paulo: SEP, 2012. Disponível em: <http://www.sep.org.br/revista/download?id=219>. Acesso 21/06/2014.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Cinco Notas a propósito da “questão social”. In: **Revista Temporalis**. Ano 2, n.3. Brasília: ABEPSS, GrafiLine, 2001.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça: as políticas sociais na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SANTOS, J. S. **“Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 3ª reimpressão, 2015.

Notas

[1] Texto produzido para a participação na II Jornada Nordeste de Serviço Social ocorrida entre 01 e 03/06 de 2015 na cidade do Recife.

[2] Doutora em Serviço Social; Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS) em nível de graduação e pós-

graduação; Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM); membro da gestão 2014-2017 do Conselho Federal de Serviço Social.

[3] Sobre isso consultar diretamente Netto (1996). Para uma discussão mais detalhada destas particularidades no diálogo com outros estudiosos clássicos da formação social brasileira consultar Santos (2015).